

A EAD COMO FORMA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: NOVAS PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO NO CIBER ESPAÇO

Henrique Miguel de Lima SILVA

(UFPB/GELIT/LAFE - henrique.miguel.91@gmail.com)

Gabriela Belo da SILVA

(UFPB/GELIT/ATA - gabesigo@gmail.com)

RESUMO

O presente artigo propõe-se a discutir como o ensino superior vem sendo democratizado por meio da disseminação do Ensino a Distância (EaD). Nesse sentido, intentamos refletir sobre os modos de se compreender este processo a partir das novas tendências de organização do conhecimento. Dentre essas tendências, podemos citar as que são decorrentes da revolução pós-tecnológica e inseridas na globalização, enquanto descentralização dos conhecimentos diversos e necessários para a formação superior. Além disso, é importante pontuarmos que a educação a distância é caracterizada como um meio de formação do conhecimento em que o indivíduo pode construí-lo ativamente nos mais diversos espaços físicos, fazendo uso de uma plataforma virtual, na qual o docente interage e constrói seu conhecimento, tendo como suporte o computador; smartphone e/ou tablet. Nosso objetivo é compreender o ensino a distância como uma das ferramentas culturais criadas pelo homem para promover seu desenvolvimento (TOMASELLO, 2003), ao disponibilizar aos cidadãos um novo espaço de/para construção crítica do saber que legitima sua inserção ao ensino superior e ainda efetiva o direito à educação proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No cenário brasileiro, mais especificamente, tivemos como resultado das reflexões sobre ensino e formação, em meios diversos, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no intuito de inserir os milhares de brasileiros que não tinham como ingressar na universidade devido a fatores geográficos, econômicos e socioculturais. Acrescentamos ainda que além das instituições públicas, os setores privados também dispõem dessa modalidade de ensino e é devido à abrangência dessa disseminação de oportunidade de acesso ao conhecimento que compreendemos o ambiente virtual como uma alternativa aos milhares de cidadãos brasileiros que trabalham em horários incompatíveis com os turnos dispostos pelas universidades, sejam elas públicas e/ou privadas. Além disso, partimos do pressuposto de que a EaD possibilita uma reconfiguração profissional e humana dos cidadãos, ao contribuir para o desenvolvimento pleno e crítico do indivíduo (FREIRE, 1996), principalmente em regiões em que não há polos presenciais de ensino superior. Salientamos ainda que esse novo espaço virtual de co-construção de aprendizagens amplia o desenvolvimento cognitivo a partir dos novos modelos de interação, bem como representação do conhecimento humano (MARCUSCHI, 2005). Utilizamos enquanto aparato metodológico o modelo bibliográfico de pesquisa (LAKATOS, 2008) para: a) fazermos breve traçado histórico da educação superior no Brasil para, em seguida, b) nos determos aos fatores que proporcionaram o surgimento do ensino a distância no Brasil, bem como a consolidação da UAB e, por fim, c) refletir como o ensino a EaD contribui para um desenvolvimento democrático e crítico de todos os cidadãos nas mais variadas partes do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012), houve, nos últimos anos, um aumento substancial dos estudantes no ensino superior e principalmente na modalidade a

distância no quantitativo de diversos cursos no Brasil. Desta feita, através dessa pesquisa foi possível constatar que a qualidade na educação superior e o acesso cada vez maior a EaD, tornam possível, caso docente e discente se comprometam, um ensino de excelência, pois no ciber espaço o aluno precisa ser mais proativo e autônomo, uma vez que não há a presença do professor durante as aulas. Verificamos ainda, que uma das possibilidades de interação entre professores, tutores e alunos encontra-se nos fóruns, espaço em que os envolvidos neste processo podem compartilhar conhecimentos e juntos ampliarem sua bagagem cognitiva com base no outro (BAKHTIN, 1988). Destarte, acreditamos que o ensino a distância contribui diretamente para uma formação crítica, dinâmica, interativa e aliada aos padrões interacionais contemporâneos.

Palavras-chave: educação superior, ensino, ead.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho nos propomos discutir como o ensino superior vem sendo democratizado por meio do Ensino a Distância (EaD) e de que modo, as instâncias governamentais têm desenvolvido políticas de estímulo a popularização do acesso a universidade, refletindo sobre a implantação da Universidade Aberta do Brasil (UBA).

Nesse sentido, objetivamos construir inteligibilidade sobre os meandros que envolvem este processo, pensando a partir das novas tendências de organização do conhecimento. Dentre essas tendências, podemos citar as que são decorrentes da revolução pós-tecnológica, com o advento da globalização, entendendo-as enquanto uma forma de descentralização dos conhecimentos necessários ao aluno para uma formação superior satisfatória. Ademais, é importante pontuarmos que a educação a distância é caracterizada como uma forma de construção do conhecimento, e que nesse processo o indivíduo pode construí-lo ativamente nos mais diversos espaços físicos, fazendo uso de uma plataforma virtual, na qual ele interage e constrói seu conhecimento, tendo como suporte o computador; smartphone e/ou tablet.

Outro ponto relevante diz respeito ao advento do EaD, em que o discente tem a possibilidade de conciliar o horário do trabalho e de outras atividades com os estudos, sem necessariamente ter que gastar com transporte, alimentação entre outros, para conseguir fazer um curso superior. É importante pontuar que esses fatores estimulam as pessoas que não contam com condições físicas e financeiras favoráveis a realizarem um curso de terceiro grau.

Nesse sentido, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), os cursos a distância, nas avaliações anuais, têm obtido a mesma média dos cursos superiores presenciais e em alguns casos essa nota chega a ultrapassar a média do curso presencial. Tendo em vista essas questões, buscamos compreender o ensino a distância como uma das ferramentas

culturais criadas pelo homem para promover seu desenvolvimento (TOMASELLO, 2003) ao disponibilizar aos cidadãos um novo espaço de/para construção crítica do saber que legitima sua inserção ao ensino superior e ainda efetiva o direito à educação propostas pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO).

Dessarte, utilizamos como aparato teórico-metodológico o modelo bibliográfico de pesquisa proposto por Lakatos (2008), por isso, fizemos um breve traçado histórico da educação superior a distância no plano global e no Brasil para, em seguida, nos determos aos fatores que proporcionaram a consolidação da UBA em território nacional e, por fim, refletirmos como o ensino a distância contribui para um desenvolvimento democrático e crítico de todos os cidadãos nas mais variadas partes do país.

3 CONTEXTO DE PRODUÇÃO: CONSTRUINDO UMA PERCEPÇÃO HERMENÊUTICA

3.1 REFLETINDO SOBRE O PANORAMA GLOBAL E O LUGAR DO BRASIL NESSE CONTEXTO

Com o objetivo de traçar um breve histórico da EaD no Brasil, recorremos as elucidações de Porto e Régnier (2003), ao delinearem as tendências no Ensino superior no mundo e no Brasil. Para esses autores, o Brasil, em paralelo com outras tendências do contexto mundial tem considerado as questões de acesso a educação superior como sendo uma questão fundamental para que o país possa entrar de forma definitiva, tanto na sociedade da informação, quanto nação capaz de estabelecer uma conexão entre a educação e o mundo do trabalho.

Com o apoio e o incentivo de órgãos internacionais, como a UNESCO, Banco Central e Banco Interamericano de Desenvolvimento, tem se estabelecido uma relação intrínseca entre educação e desenvolvimento econômico, pois, somente tendo mão de obra especializada é possível aumentar a produtividade do país. Ademais, no cenário internacional, quando um país investe em educação, entende-se que a nação está progredindo e com grandes chances de superar o extremo abismo que há entre pobreza e o conhecimento da ciência e da tecnologia (PORTO e RÉGNIER, 2003).

Na acepção de Peters (2003) e Barreto (2004), a implantação da EaD na educação superior, mundialmente, surge com as Universidade Abertas a distância (UBAs), como exemplo temos, Universidade Aberta do Reino Unido (OPEN) e a Universidade Nacional de

Educación a Distancia (UNED) da Espanha. Posteriormente, tem-se a implantação de cursos de EaD em universidades, que antes, ofereciam apenas cursos presenciais, como as Universidades Duais ou Dumodais. Nesse raciocínio, nos âmbitos político e econômico mundial, desenvolveram-se políticas que promovessem o acesso à educação em massa. É oportuno ressaltar que tem se configurado, cada vez mais, uma tendência que confere certo status aos países que alcançam as metas no setor educacional.

3.2 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA CONSOLIDAÇÃO DA UBA NO BRASIL

No cenário educacional brasileiro, de acordo com Niskier (1999), a modalidade a distância surge na década de 70, quando em 1972, quando Newton Sucupira, então coordenador de assuntos internacionais do Ministério da Educação (MEC), retornou de uma visita à *Open University*, criada em 1969, em Londres. Em 1974, nomeado pela Portaria Ministerial nº 96, de 05 de março deste mesmo ano, tem-se a elaboração das diretrizes e bases para organização e funcionamento da UBA, a qual foi reconhecida na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional (Lei no 9.394/96).

No intuito de atingir essas metas internacionais para educação no Brasil, o Governo Federal brasileiro cria e implanta a UBA, no intento de tornar o ensino superior mais acessível, especialmente às classes que por inúmeros fatores (geográficos, econômicos e socioculturais) não teriam condições de frequentar um ensino regular. Concomitantemente, inspirado no modelo chamado por Peters (2003) de *dual mode*, no contexto brasileiro, foram elaboradas políticas e estratégias de implementação que culminaram na adoção de um sistema que visava inter-relacionar as instituições de ensino superior públicas, com o ensino presencial, para que a oferta de cursos na modalidade a distância fosse cada vez maior.

Segundo informações do site do MEC, o programa tem como finalidade ampliar a oferta de cursos superiores por meio de uma plataforma de educação a distancia. O enfoque dessa política é propiciar a população à oportunidade de ingressar e concluir um curso superior, além de estimular e promover a formação continuada. Desse modo, segundo o MEC,

Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos

temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

Tendo em vista todas essas questões, trazemos a baila, as colocações de Chaves (2007, p. 87) ao discorrer sobre os desafios da UAB para se consolidar enquanto um sistema educacional com credibilidade, para este autor a implantação dessa rede de ensino no Brasil é uma “oportunidade para as instituições de ensino superior do país criarem, democraticamente, as condições para implantação e perenização da modalidade de educação a distância no Brasil”. Assim sendo, partilhamos das colocações de Lacé (2014) ao colocar em uma entrevista que, “Não tem mais como voltar atrás, o Sistema UAB é uma realidade e devemos encarar com seriedade essa questão. Necessitamos do envolvimento da sociedade civil organizada a fim de provocar modificações e avanços”.

Para Oliveira (1985, p. 4), “se a penicilina dependesse das autoridades educacionais, ainda estaria em fase de teste piloto” é relevante ressaltar que o autor utiliza essa metáfora para exemplificar o quanto os governantes que são responsáveis pela elaboração e implementação das leis, relacionadas à educação, são lentos e por vezes ineficazes. Dessarte, Oliveira (Op.cit.) alerta para a questão de no Brasil as realidades serem criadas primeiro, e regulamentadas depois.

Assim sendo, a burocratização, por vezes inviabiliza as instituições experimentarem inovações de sucesso que poderiam melhorar as condições de trabalho do professor, bem como os fatores que poderiam contribuir para o processo de aprendizagem. Isso ocorre porque, como nos aponta Pimentel (2006), inúmeros são os projetos de Lei com ênfase no Projeto de Lei no 4.592-C/90, em 1993. Pimentel (2006, p. 74), todavia, registra que desse último Projeto de Lei “derivaram iniciativas como a inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de artigo referente a Educação a Distância”.

A partir da efetivação e do reconhecimento da Ead, nos documentos oficiais e na legislação, o projeto da UAB ganha força e efetivar a consolidação dessa universidade o Brasil torna-se uma prioridade para o Ministério da Educação. Para Franco (2006, p. 8), para que fosse possível efetiva esse projeto, “era necessário adotar-se uma política que incentivasse

a criação de universidades bimodais (presenciais e a distância)”. A Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) foi um marco no ensino a distância no território nacional.

Segundo Franco (2006, p. 28), o governo fez uma seleção e posteriormente uma junção de cerca de setenta instituições de educação superior pública (federais e estaduais) com o propósito de “fazer educação a distância”. Ainda na concepção desse autor, a criação da rede de instituições universitárias federais deu suporte para o desenvolvimento da EAD nas instituições públicas, corroborando para que “fosse vencida a resistência nessas instituições com relação à educação a distância.”

Nessa perspectiva, tudo o que foi desenvolvido para que fosse possível a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede), no Brasil são elencados por Ribeiro e Schneider (2006), os quais defendiam que foi, aproximadamente em 1999 que o processo teve início.

De acordo com Em 2000, os Ministros da Educação, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações assinaram o Protocolo de Intenção (Termo de Adesão) de lançamento do consórcio, reunindo a “nova universidade” nessa data, composta de 62 (sessenta e duas) instituições de Ensino Superior (IES), entre Universidades Federais, Estaduais e Centros de Educação Tecnológica (CEFET).

Nas palavras de Franco (2006), um dos fatores que contribuíram de forma significativa para consolidação do sistema UBA foi o diálogo entre a Secretaria de Educação a Distância (SEED) e a UniRede mediante um edital público (Edital 001/2004-SEEDMEC). O edital reverberava a necessidade das instituições se organizarem sob a forma de parcerias – cursos a distância e presencial – voltado para docência (Pedagogia, Física, Matemática, Biologia e Química).

Foi através da instalação desse edital que surgiu o Programa Inicial de Formação de Professores (Pró-Licenciatura 1), o qual possibilitou a criação de 17.565 vagas em cursos superiores de licenciaturas na modalidade de educação a distância.

Em 2005, o governo lança o edital do Programa Pro-Licenciatura 2, cujo objetivo é capacitar docentes no final da educação básica (FRANCO, 2006, p. 31). O resultado dessa política pública, naquele momento, ao analisar os dados, demonstravam que era possível levar a educação superior a todas as regiões do país, independente as adversidades geográficas, ou dos fatores sociais envolvidos no processo. Desta forma, estavam dadas as condições para a implementação do Sistema UBA.

4 IMPLEMENTAÇÃO DA UBA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO FORMATIVO

Dentre as ações para implementação das UBAs, em território nacional, em 2005, tem-se uma interlocução entre o Ministério da Educação, o Governo Federal, as estatais brasileiras e toda a sociedade, com o propósito de proceder a uma análise do projeto e articular estratégias que dialogassem com o desenvolvimento sustentável. Todas essas ações visavam elaborar soluções para os problemas no sistema educacional vigente.

No ano de 2004, o Fórum, Palácio do Planalto publicou, o texto intitulado *Fórum das Estatais pela Educação: Diálogo para a Cidadania e Inclusão* (BRASIL, 2005b), organizado em sete itens, conforme segue:

- (1) Objetivo do Fórum;
- (2) O Papel do Estado no Desenvolvimento;
- (3) A Educação como Papel Estratégico;
- (4) A Articulação Inovadora do Fórum;
- (5) A Estruturação;
- (6) Câmaras Temáticas e Macroprojetos;
- (7) Funcionamento.

O documento oficial teve sua estrutura projetada inicialmente para o Fórum das Estatais, composto por uma Coordenação Geral, uma Coordenação Executiva, uma Secretaria Executiva, uma Secretaria Geral, um Conselho de Ministros das Estatais vinculadas e um Pleno dos Presidentes das Estatais.

Pensando em seu organograma, segundo o documento, a Coordenação Geral dos trabalhos deveria ser exercida pelo Ministro Chefe da Casa Civil; a Coordenação Executiva pelo Ministro de Estado da Educação; a Secretaria Geral seria apoiada pela participação do Reitor da Universidade Federal do Pará e a Secretaria Executiva deveria liderada pelos Secretários Executivos da Casa Civil, Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Ministério do Planejamento e Ministério da Educação.

No documento, explicita-se que para que se atinja as metas e os objetivos traçados durante a elaboração do projeto, o Fórum criaria uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, denominada Fundação de Fomento à Universidade Aberta do Brasil, composta por

representantes das Empresas Estatais (EEs) e das demais entidades e instituições, instituída para a implementação da UAB. Dessarte, o sistema UAB foi instituído oficialmente pelo Decreto no 5.800, de 8 de junho de 2006, com o objetivo de oferecer cursos de licenciatura tanto nas modalidades inicial quanto continuada; cursos superiores e de capacitação para os dirigentes e gestores nas instituições educacionais; cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; equacionar o abismo entre pobreza e acesso a ciência; estabelecer um sistema nacional de educação superior a distância no Brasil.

5 O CIBER ESPAÇO HOJE E AS NOVAS FORMAS DE SE PRODUZIR CONHECIMENTO NO ESPAÇO FORMATIVO

Com a implantação das UBAs, o ensino a distância foi se popularizando e ganhando cada vez mais credibilidade diante do setor industrial, das universidades, dos alunos e dos próprios docentes. O que antes era conflituoso, ao se comparar o ensino a distância e o ensino presencial, atualmente já não causam tantas polêmicas, já que até mesmo os exames nacionais voltados para educação superior têm demonstrado a qualidade que a EaD possui quando há uma estrutura física adequada e o envolvimento do discente e do docente no processo formativo.

Nesse sentido, tem-se, com o advento da EaD, uma multiplicidade de ferramentas educacionais, as quais têm como propósito promover a interação entre indivíduos com multivivências em um ciberespaço, ou seja, entende-se que nas plataformas de aprendizagem cria-se um ambiente propício à interação, o que pode enriquecer o desenvolvimento, tanto do aluno quanto do professor.

No Brasil, a EaD, consubstanciou suas bases legais tendo como baliza, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394 de dezembro de 1.996, o qual instituiu a EaD enquanto modalidade de ensino aplicável a todos os níveis e modalidades de ensino. Em 20 de dezembro de 2005, no decreto 5.622, ficou estabelecido que a modalidade de educação a distância deveria ter seus padrões de qualidade, avaliação e supervisão em sintonia com padrões de qualidade delineados pelo Ministério da Educação (Secretaria de Educação a Distância, 2007).

Em contrapartida, ao fazer uma reflexão sobre os cursos em EaD, de acordo com o Ministério da Educação (2007), não há, no Brasil, uma única forma de se delinearem os cursos de educação a distância. Dependendo do programa e das suas finalidades, este pode assumir múltiplas formas de metodologias e de tecnologias, as quais são aderidas como

recurso para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem. Segundo esse mesmo documento, serão as condições de produção, o público a quem o curso se volta e as necessidades imediatas relacionadas às situações de interlocução que irão definir a necessidade ou não de encontros presenciais, a forma de orientação mais adequada, as atividades e os processos avaliativos.

Normalmente, os cursos dividem-se em duas modalidades, uma virtual e outra presencial, sendo que esta última normalmente é contabilizada a partir da feitura de avaliações finais, algumas atividades em ambiente virtual ou ainda, algumas aulas presenciais. Segundo Gonçalves (1996), no que se refere ao planejamento e preparação das aulas, os educadores se encontram com os tutores, ou orientadores de aprendizagem para debater temas, ou ainda receber algum tipo de material didático, impresso ou em vídeo e, normalmente, é a partir desses encontros que o tutor é orientado pelo professor e se capacita a transmitir as informações necessárias aos alunos por meio do ambiente virtual.

Como critérios básicos para que um curso possa desenvolver-se de forma proficiente, de acordo com o Ministério da Educação (2007), é necessário que se tenha clara a concepção de educação abordada, os sistemas de comunicação, os materiais didáticos adequados, as avaliações, o apoio de uma equipe multidisciplinar, uma infraestrutura de apoio, uma gestão acadêmica e administrativa que tenha como postulado a sustentabilidade financeira.

No que se refere às concepções de educação, currículo e aos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, a equipe do Ministério da Educação (2007), deixa explícito que o Projeto Político Pedagógico deve ter clara uma conceituação epistemológica. Além disso, é substancial que os envolvidos no processo de interação (docente, discente, tutores e orientadores educacionais), tenham uma compreensão satisfatória sobre os modos de avaliação e os instrumentos a serem utilizados.

A meta é, segundo o documento oficial, prover uma superação do ensino tradicional, buscando estabelecer a interdisciplinaridade e a contextualização dos temas abordados. Assim sendo, intenciona-se considerar o objeto de estudo em suas múltiplas dimensões, buscando compreender como os múltiplos conhecimentos podem se articular, tanto no processo de formação quanto nas questões formativas nos cursos de EaD.

6 MAIS ALGUMAS PALAVRAS

Enquanto resultados preliminares, pudemos verificar que houve, nos últimos anos, um aumento substancial dos estudantes no ensino superior e principalmente na modalidade a distância no quantitativo das diversas profissões no Brasil. Isso somente tornou-se possível,

devido a criação e a implementação da UBAs, em solo brasileiro, pois viabilizou a democratização e a popularização do ensino superior.

Além disso, foi possível verificar que o ciber espaço pode contribuir de forma efetiva para ampliar as possibilidades de acesso à educação, sendo que o ensino, no espaço de aprendizagem, por vezes tendem a ser mais rígidos em termos de datas e prazos do que o ensino normal – tradicional em sala de aula.

Destarte, entendemos que a EaD pode propiciar uma reconfiguração profissional e humana dos cidadãos, ao contribuir para o desenvolvimento pleno e crítico do indivíduo (FREIRE, 1996), principalmente em regiões em que não há polos presenciais de ensino superior. Salientamos ainda que esse novo espaço virtual de co-construção de aprendizagens amplia o desenvolvimento cognitivo a partir dos novos modelos de interação, bem como representação do conhecimento humano (MARCUSCHI, 2005).

Acreditamos que o ensino a distância contribui diretamente para uma formação crítica, dinâmica, interativa e aliada aos padrões interacionais contemporâneos. Entendemos que no ciber espaço o aluno precisa ser mais proativo e autônomo, uma vez que não há a presença do professor durante as aulas. Ademais constatamos ainda que uma das possibilidades de interação entre professores, tutores e alunos encontra-se nos fóruns, espaço em que os envolvidos neste processo podem compartilhar conhecimentos e juntos ampliarem sua bagagem cognitiva com base no outro (BAKHTIN, 1988).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso ao Ensino Superior na modalidade de Ensino à Distância contribui diretamente para a diminuição das fronteiras socioeconômicas, políticas e geográfica que, muitas vezes, não permitiam aos milhares de brasileiros uma formação de qualidade e quebrando o paradigma da Educação Básica enquanto nível mais elevado de formação disponível aos mesmos. Compreender essa mudança como decorrente da globalização (BRUNNER, 2001), bem como das necessidades de ampliar democraticamente o nível de formação dos brasileiros, faz com que o ensino de adapte às necessidades das populações e da própria sociedade que, por sua vez, necessita, cada vez mais, de mão-de-obra qualificada.

Além disso, quando o governo oportuniza meios eficazes de inclusão e inserção de milhares de brasileiros a partir do espaço virtual. Além disso, neste espaço surge novos modelos de interação tais como fóruns, chats, grupos de estudos online; sem mencionar o

tutor que entra como principal mediador entre o professor e os alunos, procurando promover laços efetivos de interação no intuito de garantir uma aprendizagem efetiva.

Destarte ainda para o fato de que além de ser um meio eficaz e utilizável em qualquer região do Brasil, o ensino à distância apresenta uma característica única para quem tem longas e diversas jornadas de trabalho: um horário acessível em que os alunos assumem um papel ativo em sua formação e, com isto, podemos perceber que a ausência física do professor não compromete a aprendizagem do educando.

Neste sentido, podemos verificar que o ciber espaço amplia as capacidades cognitivas dos estudantes (MARCUSCHI, 2005) e funciona como um elo para comparação das aprendizagens no passado e no presente (ARENDT, 1972) refletindo sobre a própria condição humana dentro desse processo sistematizado e globalizado (ARENDT, 2004).

Refletimos com base em Barros (2004) sobre o papel do frente nesse novo espaço para consolidação de aprendizagens e ampliação da cognição humana. É justamente com a referida autora que nossa reflexão sobre a relevância do ciber espaço para ampliação democrática do acesso ao Ensino Superior com base na participação ativa do aluno no processo de formação e ainda com a praticidade que essa modalidade de ensino oferece aos milhares de brasileiros que trabalham em turnos bastantes diversos e que vivem em espaços em que não há universidades presentes e/ou em que não há como estar presente na mesma devido a fatores diversos.

Dessa maneira, o Ensino à Distância pode ser visto como a) um meio democrático de expansão, inclusão e difusão do ensino superior nas mais variadas regiões brasileiras; como b) resultado das necessidades sociais e, por fim, c) como resultado da reorganização decorrente do processo de globalização em que, cada vez mais, precisamos de profissionais qualificados e adaptados às novas exigências socioeconômicas.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

BAKHTIN, M. (1988) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec (Originalmente publicado em 1929).

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARRETO, Raquel Goulart. **TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1181-1201, Set./Dez. 2004 1181 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso**. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.) Diálogos com Bakhtin. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996. p. 21-42.

BARRO, Diana Luz Pessoa de. **Dialogismo, Polifonia e Enunciação**. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de.; FIORIN, José Luiz (Orgs.). Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 1-9.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (referente ensino à distância). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em

URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20042006/2005/Decreto/D5622.htm

BRASIL, Ministério Da Educação - Secretaria De Educação A Distância. **Referenciais De Qualidade Para Educação Superior A Distância**. Brasília: agosto de 2007

BRUNNER, José Joaquín. *“Globalización y el Futuro de la Educación: Tendencias, Desafios, Estratégias”*. Paper apresentado no Seminário sobre Perspectivas da Educação na América Latina e Caribe. UNESCO, Santiago do Chile, 23 a 25 de agosto de 2000. Acessado em: www.ip3.org.br/delphi em maio de 2001.

FRANCO, T.B.; **“Gestão Em Redes”**, LAPPIS-IMS/UERJ-ABRASCO: Rio de Janeiro, 2006

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,. 1987

GONÇALVES, C. T. F. (1996): **“Quem tem medo do ensino a distância?”**, in Revista Educação a Distância, n.º 7-8, INED/IBASE.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A construção do Mobiliário do Mundo e da Mente: Linguagem, Cultural e Categorização**. In: MIRANDA, Neusa Maria; NAME, Maria Cristina. Linguística e Cognição. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

NISKIER, Arnaldo. **Educação a Distância: A Tecnologia da Esperança**. São Paulo, Loyola, 1999

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997. 111p.

PETERS, Susan J. **INCLUSIVE EDUCATION: AN EFA STRATEGY FOR ALL CHILDREN. WORLD BANK**. Michigan State University: November 2004

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025 Uma Abordagem Exploratória**. BRASÍLIA: BRASIL, 2013.

PIMENTEL. **Processo de Desenvolvimento de Groupware Baseado no Modelo 3C de Colaboração**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Pontífica Universidade Católica, Riode Janeiro: 2006.

TOMASELLO, M., & Todd, J. (1983). **Joint attention and lexical acquisition style**. First Language, 4, 197-212.

TOMASELLO, M. **Joint attention as social cognition**. In C. Moore & P. J. Dunham (Eds.), Joint attention: Its origins and role in development (pp. 103-130). Hillsdale, N J: Lawrence Erlbaum Associates, 1995

_____ **The human adaptation for culture**. Annual Reviews Anthropology, 28, 509-529, 1999

_____ **Primate cognition: introduction to the issue**. Cognitive Science, 24(3), 351-361, 2000

_____ **Origens culturais do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOMASELLO, M.; Carpenter, M., Call, J.; Behne, T., & Moll, H. (2005). **Understanding and sharing intentions: The origins of cultural cognition**. Behavioral and Brain Sciences, 28, 5, 01-42.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12265:universidade-aberta-do-brasil-uab&catid=248:uab-universidade-aberta-do-brasil&Itemid=510

<http://www.ead.unb.br/index.php/202-uab-uma-construcao-historica>